

KUPFER, D. Desinformação assimétrica. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 18/10/2006.

Desinformação assimétrica

18/10/2006

Na teoria microeconômica, diz-se que há "informação assimétrica" quando os agentes detêm quantidades de informação diferentes e, por isso, realizam juízos igualmente diferentes a respeito da qualidade de uma mesma mercadoria. Quando George A. Akerlof, Nobel de Economia de 2001, escreveu o artigo "The Market for Lemmons", em 1970, explorou de forma engenhosa implicações desse conceito, mostrando que nesses casos pode não ser possível ao mercado atingir resultados satisfatórios. O exemplo, hoje clássico, discutido pelo autor, é o mercado de automóveis usados. Nesse mercado, a assimetria de informação é típica pois, em geral, o vendedor conhece bem os defeitos do carro que está vendendo enquanto o comprador nada sabe a esse respeito. Diante de um pedido de preço, o comprador, porque não sabe avaliar a qualidade do carro, desconfia de que seja um limão (no jargão norte-americano, "limão" é a designação dada aos carros usados de baixa qualidade) e sempre quer pagar menos. Se o carro é uma "cereja" (de boa qualidade), o vendedor, porque sabe que tem valor, não aceita vender. Se o carro é um limão, o vendedor, porque sabe que o carro não vale nada, aceita vender pelo preço mais baixo. Resumo da ópera: se algum vendedor aceitou o preço baixo oferecido pelo comprador, o carro certamente é um limão. Em outras palavras, se o mercado funcionou, então somente limões foram comercializados. Essa é a essência do fenômeno da "seleção adversa".

O segundo turno das eleições presidenciais brasileiras está criando uma interessante variante desse conceito: a desinformação assimétrica. Nessa variante, tampouco os vendedores - no caso, os candidatos - sabem qual a qualidade dos produtos - no caso, as políticas - que estão "vendendo" para o eleitorado. O enorme falatório dos coordenadores, assessores, formuladores e apoiadores das duas candidaturas deixa transparecer que a linha de política econômica a ser efetivamente adotada pelo candidato vitorioso ainda é alvo de importantes disputas internas e, portanto, ainda está em construção. Como o elemento da política econômica que está mais diretamente sob o controle decisório do governante é o gasto público, não é difícil entender porque esse tema está monopolizando o debate econômico como se fosse solução para todos os males. Enquanto isso, os temas verdadeiramente decisivos para o futuro do país estão passando ao largo.

Durante os quase 20 anos em que estive às voltas com o esforço de estabilização macroeconômica de natureza predominantemente neoliberal, a política econômica do país enfrentou uma armadilha da qual, lamentavelmente, não conseguiu se desvencilhar: como conciliar os efeitos da convergência dos preços internos aos preços internacionais trazidos pelo processo de abertura econômica (comercial e financeira), que foi e ainda é um dos pilares da estabilização da inflação, com a manutenção dos estímulos à expansão e

diversificação da atividade produtiva no país requeridas para possibilitar o tão necessário e desejado crescimento econômico.

Em um primeiro momento, no imediato pós-Plano Real, o vilão do modelo econômico foi a taxa de câmbio, mantida fixa em níveis apreciados, criadora de uma excessiva vulnerabilidade externa cuja gestão, baseada em aperto monetário e contração da demanda, penalizou ou quase inviabilizou a atividade produtiva. Era urgente, então, ampliar o peso econômico das transações comerciais com o exterior para desarmar o quadro latente de crise de financiamento do balanço de pagamentos. Isso implicava elevar as exportações a valores superiores a 10% do PIB para permitir que o aumento explosivo das importações, sob o regime de paridade cambial pós-abertura, pudesse ocorrer sem pressionar a balança comercial. Com a crise externa e a maxidesvalorização do real que veio com a implantação do regime de câmbio flutuante, em 1999, essa meta não só foi atingida como rapidamente superada, estando hoje as exportações na casa de 17% do PIB. No entanto, na medida que a restrição externa foi sendo eliminada, a taxa de investimento, ao invés de recuperar-se, reaproximando-se dos seus níveis históricos de 25% do PIB ao ano, manteve-se estagnada, em patamar inferior a 20% do PIB. O resultado foi um repique inflacionário para cuja solução promoveu-se novamente aperto monetário e valorização cambial. Ao fim e ao cabo, continua vigorando na economia brasileira um padrão competitivo que favorece tão somente alguns poucos setores produtores de commodities e dificulta a expansão dos demais setores, com maior conteúdo tecnológico ou de trabalho, que necessitam de mão-de-obra de maior qualificação, de maiores investimentos em P&D e da construção de uma infra-estrutura educacional e de ciência e tecnologia custosa e de lenta maturação.

O Brasil tem nas economias de escala estáticas e dinâmicas proporcionadas pelas grandes dimensões do mercado interno o seu principal ativo competitivo. O atual regime macroeconômico, baseado em metas rigorosas de inflação, superávit primário elevado e câmbio valorizado, pode ter exibido bons resultados no controle da inflação, mas certamente fracassou na promoção do crescimento econômico porque não se mostrou capaz de potencializar esse ativo. O que se viu no período recente foi uma rápida revalorização do real, colocando novamente a atividade industrial em xeque e justificando para muitos a necessidade de se retornar a alguma forma de câmbio administrado como único meio eficaz para escapar finalmente dessa armadilha.

Quando a poeira levantada pela refrega eleitoral assentar, ficará claro que o debate sobre o gasto público é relativamente estéril porque, sob o atual regime macroeconômico, a margem de manobra para as decisões nesse campo é tão estreita que não há como diferenciar com nitidez as alternativas de política econômica. A insistência em discutir o gasto público - em lugar de propostas substantivas de mudanças no regime macroeconômico - talvez se explique como uma estratégia de desinformação assimétrica. A grave conseqüência é que o eleitor brasileiro está enfrentando cada vez mais dificuldade para encontrar informação fidedigna e, por isso, torna-se cada vez mais desconfiado da qualidade do discurso político - diga-se de passagem, com ampla razão. O resultado inevitável é que a política pode estar cada vez mais um mercado de limões.